

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998
 Balanço Patrimonial - Hospital Geral de Pedreira - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - SPDM



SPDM - Hospital Geral de Pedreira

CNPJ nº 61.699.567/0062-04

Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **Hospital Geral de Pedreira**. A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM.

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V.S.as o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da associação, a SPDM

possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa de auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Para sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM possui ainda, outro órgão fiscalizador que é seu Conselho Administrativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas por ela administradas. Assim, a SPDM contribuiu de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao

estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei nº 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. São Paulo, 28 de fevereiro de 2017. **Professor Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da SPDM**

Comparativo das Demonstrações dos Resultados

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

| | 2016 | 2015 |
|--|-----------------------|-----------------------|
| ATIVO | 485.807.784,90 | 593.223.409,22 |
| Ativo Circulante | 166.458.214,85 | 144.441.303,71 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3.1) | 3.508.701,68 | 178.269,71 |
| Bancos Conta Movimento | 25.253,41 | 1,00 |
| Aplicações Financeiras (nota 3.2) | 3.483.448,27 | 178.268,71 |
| Contas a Receber (nota 3.3) | 156.453.768,88 | 137.381.754,61 |
| Valores a Receber - Secretária de Saúde do Estado (nota 3.3.1) | 139.608.000,00 | 132.960.000,00 |
| Valor estimado - Rescisão de Contrato (nota 3.3.2) | 12.424.014,27 | - |
| Valores em Negociação-Contrato/ Convênio (nota 3.3.3) | 4.421.754,61 | 4.421.754,61 |
| Outros Créditos (nota 3.4) | 4.529.805,46 | 4.492.156,88 |
| Adiantamentos a Fornecedores (nota 3.4.1) | 231.108,52 | 2.503,05 |
| Antecipação de Férias (nota 3.4.2) | 525.984,09 | 305.504,08 |
| Outros Créditos e Adiantamentos (nota 3.4.3) | 3.347.406,60 | 4.021.422,157 |
| Depósitos Judiciais (nota 3.4.4) | 354.832,31 | 150.186,16 |
| Antecipação Salarial-Insuficiência de Saldo | 70.473,94 | 12.541,44 |
| Estoques | 1.761.622,45 | 2.190.169,50 |
| Estoque de Material e Medicamentos (nota 3.5) | 1.761.622,45 | 2.190.169,50 |
| Empréstimos | 48.193,85 | 54.743,87 |
| Empréstimos de Materiais a Terceiros (nota 3.5) | 48.193,85 | 54.743,87 |
| Despesas Antecipadas (nota 3.6) | 156.122,53 | 144.209,14 |
| Prêmios de Seguros a Vencer | 9.244,42 | 9.458,59 |
| Outras Despesas Antecipadas a Vencer | 146.878,11 | 134.750,55 |
| Ativo Não Circulante | 319.349.570,05 | 448.782.105,51 |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 310.536.565,20 | 434.751.191,28 |
| Valores a Receber (nota 3.7) | 310.536.565,20 | 434.751.191,28 |
| Ativo Imobilizado | 8.813.004,85 | 14.030.914,23 |
| -Bens Móveis | 9.244.651,60 | 14.033.827,31 |
| Bens de Terceiros (nota 3.8 e 3.8.2) | 9.244.651,60 | 14.033.827,31 |
| Ajuste Vida Útil - Bens de Terceiros (nota 3.8.1) | (431.646,75) | (2.913,08) |
| Total do Ativo | 485.807.784,90 | 593.223.409,22 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

| | 2016 | 2015 |
|--|-----------------------|------------------------|
| Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais | 1.887.477,41 | (14.209.183,94) |
| Resultados do Exercício/Período | - | - |
| Ajustes p/ Conciliar o Resultado às Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais | - | - |
| Depreciação e Amortização | - | - |
| Resultado na Venda de Ativos Permanentes | - | - |
| Ajuste nas Contas Patrimoniais | - | - |
| Variações nos Ativos e Passivos (Aumento) Redução em Contas a Receber | 105.093.049,84 | (576.769.311,91) |
| (Aumento) Redução em Estoques | 397.848,30 | (2.202.053,67) |
| Aumento (Redução) em Fornecedores | (1.288.609,75) | 6.275.317,15 |
| Aumento (Redução) em Contas a Pagar e Provisões | (100.871.856,42) | 572.874.318,14 |
| Aumento (Redução) de Bens de Terceiros | (5.217.909,38) | 14.030.914,23 |
| Disponibilidades Líquidas Geradas pelas (aplicadas nas) Atividades Operacionais | (1.887.477,41) | (14.209.183,94) |
| Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos | (1.887.477,41) | (14.030.914,23) |
| (-) Compras de Imobilizado | - | - |
| (-) Adição de Bens de Terceiros | 5.217.909,38 | (14.030.914,23) |
| (-) Adição de Bens Intangíveis | - | - |
| Disponibilidades Líquidas Geradas pelas (Aplicadas nas) Atividades de Investimentos | (1.887.477,41) | (14.030.914,23) |
| Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento | 3.330.431,97 | 178.269,71 |
| Empréstimos Tomados | - | - |
| (-) Pagamentos de Empréstimos/Debêntures | - | - |
| Juros Pagos por Empréstimos | - | - |
| Disponibilidades Líquidas Geradas pelas (Aplicadas nas) Atividades de Financiamento | 3.330.431,97 | 178.269,71 |
| Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa | 178.269,71 | 178.269,71 |
| No Início do Período | 178.269,71 | 178.269,71 |
| No Final do Período | 3.508.701,68 | 178.269,71 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - Valores em Reais

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras: Características da Unidade Gerenciada: O Hospital Geral de Pedreira - HGPedreira foi inaugurado em 29 de junho de 1998, um hospital de média complexidade, referência em atendimento de emergência para a população da zona sul da cidade de São Paulo, como também em cirurgia-geral, cirurgia pediátrica, cirurgia vascular, ortopedia, otorrinolaringologia, ginecologia, obstetrícia e neonatologia. Também oferece atendimentos em fisioterapia e fonoaudiologia, pronto socorro adulto, infantil emergência e consultas de oncologia. Atualmente, conta com uma área construída de 23.690 m², Nove andares, com 299 leitos. Com mais de 22 mil metros quadrados de área construída, oferece Pronto-Socorro 24 horas, sete salas de cirurgia e 289 leitos - de Enfermaria adulta e pediátrica, Maternidade, UTI adulto, pediátrica e neonatal, atendidos por mais de 1.300 colaboradores -, 338 Médicos e 657 Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem, entre outros profissionais. Conta ainda com um Banco de Leite e um Banco de Sangue. Em 15.06.2015 a SPDM e a SES firmaram contrato de gestão Processo nº 001.0500.000025/2015, o presente CONTRATO DE GESTÃO tem por objeto a operacionalização da gestão e execução, pela CONTRATADA, das atividades e serviços de saúde no HOSPITAL GERAL DE PEDREIRA, em conformidade com os anexos que integram aquele instrumento. O Contrato de Gestão possui prazo de 05 (cinco) anos com vigência de 15.06.2015 a 15.06.2020, com

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

| | 2016 | 2015 |
|---|-----------------------|----------------------|
| 1 - RECEITAS | 147.137.313,97 | 91.276.746,31 |
| 1.1) Prestação de Serviços | 127.668.878,17 | 75.958.727,87 |
| 1.2) Subvenções e Outras Receitas Operacionais | - | - |
| 1.3) Outras Receitas (-) Receitas Anuladas do Exercícios Anteriores | 1.573.635,79 | 1.709.396,94 |
| 1.4) Isonção Usufruída sobre Contribuições | 17.894.800,01 | 13.608.621,50 |
| 2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI) | 65.188.939,23 | 36.155.506,26 |
| 2.1) Custo das Mercadorias Utilizadas nas Prestações | 915.073.914,93 | 9.189.873,69 |
| 2.2) Materiais, Energia, Serviço de Terceiros e Outros | 49.575.371,95 | 26.965.632,57 |
| 2.3) Perda/Recuperação de Valores Ativos | 331.269,29 | - |
| 2.4) Outros | 208.383,06 | - |
| 3 - Valor Adicionado Bruto (1-2) | 81.948.374,74 | 55.121.240,05 |
| 4 - Retenções | - | - |
| 4.1) Depreciação, Amortização e Exaustão | - | - |
| 5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4) | 81.948.374,74 | 55.121.240,05 |
| 6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência | 750.129,72 | 197.491,12 |
| 6.1) Receitas Financeiras | 750.129,72 | 197.491,12 |
| 7 - Valor Adicionado Total (5+6) | 82.698.504,46 | 55.318.731,17 |
| 8 - Distribuição do Valor Adicionado | 82.698.504,46 | 55.318.731,17 |
| 8.1) Pessoal e Encargos | 61.577.475,22 | 40.142.285,84 |
| 8.2) Impostos, Taxas e Contribuições | 1.158.043,78 | 718.019,81 |
| 8.3) Juros | 140.181,83 | 133.552,19 |
| 8.4) Alugueis | 1.290.933,87 | 716.251,83 |
| 8.5) Isonção Usufruída sobre Contribuições | 17.894.800,01 | 13.608.621,50 |
| 8.6) Outras Despesas Financeiras | 637.069,75 | - |
| 8.7) Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício | - | - |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

valor global estimado de R\$ 621.073.130,40 (Seiscentos e vinte e um milhões, setenta e três mil, cento e trinta reais e quarenta centavos). Para o período de gestão compreendido entre 01.01.2016 a 31.12.16 a SES disponibilizou para a SPDM o montante de R\$ 132.960.000,00, sendo mensalmente o valor de R\$ 11.080.000,00. **1. Imunidade Tributária** "A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no Artigo 150, Inciso VI alínea " C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **2. Apresentações das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **2.1. Formalidades da Escrituração Contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000).** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contem o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem

ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **2.2. Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada. SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento Da Medicina - Hospital Geral De Pedreira** - Rua João Francisco de Moura, 251 Vila Campo Grande - São Paulo - SP CEP 04455-170 - CNPJ nº 61.699.567/0062-04. **3. Principais Práticas Contábeis:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas as orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a Resolução nº 1.409/12 (ITG 2002.) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei nº 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classificá-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. **3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **2.2. Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada. SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento Da Medicina - Hospital Geral De Pedreira** - Rua João Francisco de Moura, 251 Vila Campo Grande - São Paulo - SP CEP 04455-170 - CNPJ nº 61.699.567/0062-04. **3. Principais Práticas Contábeis:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas as orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a Resolução nº 1.409/12 (ITG 2002.) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei nº 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classificá-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. **3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

| | R\$ |
|--------------------------------------|---------------------|
| Saldo em Caixa | - |
| Saldo em Bancos | 25.253,41 |
| Aplicações Financeiras | 3.483.448,27 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 3.508.701,68 |

Os recursos financeiros disponíveis para o HGPedreira são mantidos em contas correntes bancárias, e representam em 31/12/2016 o montante de R\$ 3.508.701,68 conforme demonstrado no quadro acima. **3.2. Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. São referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

| | R\$ |
|--------------------------------------|---------------------|
| 31.12.2016 | 31.12.2015 |
| Saldo em Caixa | - |
| Saldo em Bancos | 25.253,41 |
| Aplicações Financeiras | 3.483.448,27 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 3.508.701,68 |

continua...

...continuação

| Instituição Financeira | Tipo de Aplicação (*) | Rentabilidade % no Mês | 31.12.2016 |
|------------------------|-----------------------|------------------------|-------------------------|
| Banco do Brasil | Poupança | | R\$ 4.828,40 |
| Banco do Brasil | CDB/RDB | 0,85% | R\$ 3.478.619,87 |
| Total | | | R\$ 3.483.448,27 |

(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitir que a qualquer momento sem a perda dos Juros transcorridos possa-se resgatar o valor integral informado no extrato. **3.3. Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme a resolução CFC nº 1.305/10 - NBC TG 07(R1) - Subvenção e Assistências Governamentais, e resolução 1.409/12 - ITG 2002(R1)- Entidade sem fins lucrativos, a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão (ou convênios) para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1. Valores a Receber:** Os valores registrados nesta conta em 2016 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao contrato de gestão nº 001.0500.000025/2015 celebrado entre a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina e a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Em 31.12.2016 os valores a receber do HGPedreira representam o montante de R\$ 139.608.000,00 (cento e trinta e nove milhões, seiscentos e oito mil reais), cujo valor é composto de:

| Origem dos Recursos | Vencidos | A Vencer | Total |
|--------------------------------|----------|-----------------------|-----------------------|
| Recurso Estadual - SES | - | 139.608.000,00 | 139.608.000,00 |
| Total Valores a Receber | - | 139.608.000,00 | 132.608.000,00 |

3.3.2. Estimativas de Rescisão Contratual: A entidade passou a adotar em sua plenitude a Resolução nº CFC 1.305/10, reafirmado no item 26 da Resolução nº 1.409/12 que trata de contas de compensação. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa de rescisão contratual entre a SPDM e SES. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, para fins de recolhimento de FGTS (50% Multa) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

| Estimativas de Rescisão Contratual | Saldo em 31.12.2016 |
|------------------------------------|--------------------------|
| Aviso Prévio indenizado | R\$ 5.943.099,57 |
| Multa 50% FGTS | R\$ 6.480.914,71 |
| Total | R\$ 12.424.014,27 |

3.3.3. Valores em Negociação Contrato/Convênio: Representam outros valores a receber, relacionados a atividade operacional da Instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados pela Entidade. Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC nº 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. **3.4. Outros Créditos:** Representam valores e outras contas a receber, normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4.1. Adiantamento a Fornecedores:** Os valores classificados como adiantamento a fornecedores compreendem adiantamentos realizados a fornecedores de benefícios como vale transporte, vale refeição e alimentação, antecipados no mês corrente, para utilização do mês subsequente. O saldo em 2016 foi de R\$ 231.108,52. **3.4.2. Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seu artigo, Artigo 145, O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no Artigo 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. **3.4.3. Outros Créditos e Adiantamentos:** Representam valores a título de crédito relativo a pagamentos de encargos rescisórios, adiantamentos, e outros valores que não são usualmente utilizados no plano de contas da instituição. **3.4.3.1. Valor Transitável:** O saldo da conta valor transitável, representa em 31.12.2016 o montante de R\$ 3.339.566,07. Nesta conta, a instituição registrou valores oriundos do processo de transição da antiga gestão Cruzada Bandeirante para a SPDM, em junho de 2015.

| Descrição | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|------------------------------|---------------------|---------------------|
| Depósitos judiciais (nota a) | 2.117.894,24 | 2.186.628,05 |
| Taxa lixo (nota b) | 1.218.854,97 | 1.692.651,41 |
| Outros (nota c) | 2.816,86 | 20.050,32 |
| Total | 3.339.566,07 | 3.899.329,78 |

Esses valores representam essencialmente dois tipos de ativos assumidos pela SPDM: **Nota (a):** O valor de R\$ 2.117.894,24 representam pagamentos de depósitos judiciais efetuados pela antiga gestão, e que ainda encontram-se em fase de regularização junto aos assessores jurídicos; visto que tais processos estão em fase de transferência, passando a ser considerados de responsabilidade da SPDM, e por consequência poderão ser restituídos ao HGPedreira. **Nota (b):** O valor de R\$ 1.218.854,97, representam valores relativos ao processo de parcelamento nº 1847780-1 junto a PMSP e que totalizaram R\$ 1.923.689,73 no momento da transição (conforme ata SES), e que serão controlados em conta de compensação, por se tratarem de obrigações em nome do Hospital Pedreira, originariamente pactuados na antiga gestão, e que por força das ações de continuidade dos serviços de saúde, a atual gestão passou a assumir integralmente esses valores mensalmente, até que este saldo seja totalmente amortizados, ou futuramente, transferidos para futuras gestões. Por conta da ITG-2002 (item 26) Resolução nº 1409/12, que permite a adoção de contas de compensação para melhor controle das informações econômicas, sem prejuízo nas demonstrações contábeis, a entidade passou a utilizar dessa metodologia para efetuar o controle desses valores, oriundos da assunção de ativos e passivos do HGPedreira. **Nota (c):** Os demais valores encontrados nesta conta são pagamentos em duplicidade que estão no aguardo de devolução ou demais resoluções. **3.4.4. Depósitos Judiciais:** Representam valores depositados em juízo com o objetivo de garantir a execução do débito trabalhista para apresentação de embargos da decisão judicial, nas obrigações em pecúnia. **3.5. Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2016 é de R\$ 1.761.622,45. Para suprir necessidades de atendimentos emergenciais nas unidades com relação a materiais e medicamentos, o HGPEDREIRA mantém empréstimos de uso temporário e que são devolvidos após o uso ou dentro de um prazo pré-determinado através de política de gestão. Em 31.12.2016 esses valores totalizaram R\$ 48.193,85.

| Tipo | Valores em Reais | |
|---|---------------------|---------------------|
| | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
| Estoques | 1.761.622,45 | 2.190.169,50 |
| Materiais utilizados no setor de Nutrição | 103.592,45 | 254.363,76 |
| Materiais utilizados no setor de Farmácia | 1.262.029,96 | 1.406.942,37 |
| Materiais de Almoxarifado | 396.000,04 | 528.863,37 |
| Material a terceiros | 48.193,85 | 54.743,87 |
| Farmácia | 3.848,76 | 1.818,20 |
| Almoxarifado | 43.376,69 | 52.925,67 |
| Nutrição | 968,40 | - |
| Total | 1.809.816,30 | 2.244.913,37 |

3.6. Despesas Antecipadas: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **3.7. Valores a Receber (Ativo Não Circulante):** Em 2016, a instituição reconheceu a necessidade de registrar seu contrato/convênio em período integral (5) anos, gerando contas a receber de longo prazo. Dessa forma, a instituição entende que de acordo com a Resolução nº 1.151/09, tal apropriação no ativo não circulante teria como contrapartida um passivo não circulante, que deverá se realizar até o final do contrato/convênio. A contrapartida em conta de resultado (receita) ocorre somente no momento da realização dos custos e despesas inerente ao contrato/convênio relacionado. Portanto, a apropriação de valores a receber (de longo prazo) no montante de R\$ 310.536.565,20 não contempla os critérios de Ajuste a Valor Presente. **3.8. Imobilizado:** Em agosto de 2016, após inventário dos bens mantidos pela antiga gestão do hospital, ocorreu a assinatura do Termo de Permissão de Uso. Neste momento, passamos a considerar a depreciação dos bens de composição do documento. Em Dezembro, efetuamos a reclassificação dos saldos de aquisições dos bens determinados em Termo para as

contas especificadas de imobilizado. Os bens adquiridos após o período de transição, com recursos do contrato de gestão, foram contabilizados conforme legislação atual, e são apropriados para determinação da vida

Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 31 de Dezembro de 2016

| | Posição em 31.12.2015 | Aquisição | Baixa | Transferências | Posição em 31.12.2016 |
|---|-----------------------|-------------------|----------|---------------------|-----------------------|
| Imobilizados-Bens de Terceiros - Bens Moveis | 100.786,96 | 331.269,29 | - | 8.812.595,35 | 9.244.651,60 |
| Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos | - | - | - | - | - |
| Odontológicos Laboratorial | - | 143.878,00 | - | 4.983.030,68 | 5.126.908,68 |
| Equipamentos Processamento de Dados | 28.320,00 | 29.910,47 | - | 973.351,84 | 1.031.582,31 |
| Mobiliário em Geral | - | 83.844,55 | - | 2.028.544,31 | 2.112.388,86 |
| Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos | 678,00 | 21.451,50 | - | 596.803,63 | 618.933,13 |
| Veículos de Tração Mecânica | - | - | - | 30.800,00 | 30.800,00 |
| Máquinas, Utensílios de Natureza Industrial | - | - | - | - | - |
| Aparelhos e Equipamentos de Comunicação | - | - | - | 21.859,10 | 21.859,10 |
| Aparelhos e Utensílios Domésticos | 7.063,95 | 14.906,62 | - | 178.205,79 | 200.176,36 |
| Softwares | 64.725,01 | 37.278,15 | - | - | 102.003,16 |

Demonstrativo da Movimentação do Ajuste em 31 de Dezembro em 2016

| | Posição em 31.12.2015 | Baixa | Ajustes Vida Útil | Transferências | Posição em 31.12.2016 | Taxas anuais médias Ajustes % |
|---|-----------------------|----------|-------------------|-------------------|-----------------------|-------------------------------|
| Ajuste Vida Útil Economica Bens de Terceiros - Bens Moveis | 1.745,58 | - | 20.084,71 | 388.248,36 | 410.078,65 | |
| Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos | - | - | 6.574,56 | 204.870,14 | 211.444,70 | 10% |
| Odontológicos Laboratorial | - | - | 8.948,54 | 66.337,03 | 76.857,87 | 10% |
| Equipamentos Processamento de Dados | 1.572,30 | - | 1.573,69 | 85.488,20 | 87.061,89 | 10% |
| Mobiliário em Geral | - | - | 1.326,68 | 23.485,96 | 24.818,28 | 10% |
| Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos | 5,64 | - | - | - | - | 10% |
| Máquinas, Utensílios de Natureza Industrial | - | - | - | 910,80 | 910,80 | 10% |
| Aparelhos e Equipamentos de Comunicação | - | - | 1.661,24 | 7.156,23 | 8.985,11 | 10% |
| Aparelhos e Utensílios Domésticos | 167,64 | - | - | - | - | - |
| Ajuste Vida Útil Economica Bens de Terceiros - Intangível | 1.167,50 | - | 20.400,60 | - | 21.568,10 | |
| Softwares | 1.167,50 | - | 20.400,60 | - | 21.568,10 | 10% |

3.8.1. Ajuste de Vida Útil: A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (5.1- Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.8.2. Bens em Processo de Transferência:** Os valores dos bens de terceiros assumidos pela SPDM, na data de transição da unidade, totalizavam R\$ 13.933.040,35 e eram compostos basicamente por equipamentos médico-hospitalares, equipamentos de informática, aparelhos e utensílios domésticos com exclusiva finalidade de sua utilização na realização de atividades e serviços de saúde. Após o inventário realizado em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde, registramos o montante de R\$ 8.812.595,35, que foi apresentado em Termo de Permissão de uso do Hospital. Os saldos contabilizados passaram por correção de R\$ 5.120.445,00 e foram reclassificados para os grupos conforme a descrição dos bens e a atualização de valores realizada pela Secretaria de Estado da Saúde. **3.9. Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.10. Serviços de Terceiros Pessoa Física/Jurídica:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros, pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionada a contratos de prestação de serviços médicos e não médicos, tais como: como limpeza, conservação, recepção, vigilância, manutenção, transporte remoção, assessoria em informática, esterilização, dedetização, locação de equipamentos e lavanderia. **3.11. Salários a Pagar:** De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.12. Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. São recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente INSS até o dia 20 do mês subsequente, FGTS até o dia 07 do mês subsequente e PIS até o dia 25 do mês subsequente dos quais cada dia caia em dia não útil, é antecipado para o dia útil anterior a data limite. **3.13. Provisão de Férias e Encargos:** Referem-se às Provisões de Férias e encargos, dos quais estes foram provisionados, com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, determinados com base na remuneração mensal dos colaboradores e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas.

| Descrição | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|--|--------------|--------------|
| Provisão de Férias | 6.105.801,37 | 7.209.885,19 |
| Provisão de FGTS sobre Férias | 487.713,68 | 576.016,58 |
| Provisão de PIS sobre Férias | 61.057,93 | 72.098,85 |
| 3.14. Impostos a Recolher: Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT. São recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente IRRF até o dia 20 do mês subsequente, dos quais cada dia caia em dia não útil, é antecipado para o dia útil anterior à data limite. 3.15. Obrigações Tributárias: A obrigação tributária de acordo com o §1º do Artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada. 3.16. Empréstimos a Funcionários: A Lei nº 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados até março de 2016. A partir de Abril de 2016, a instituição passou a não mais compor este benefício. 3.17. Processos Trabalhistas a Pagar: Os valores evidenciados nesta conta são obrigações decorrentes de processos em que a entidade foi sentenciada ao pagamento de valores complementares a rescisão contratual, onde se entende que não cabe mais recursos judiciais. 3.18. Outras Contas a Pagar: Os valores evidenciados em outras contas a pagar, refere-se a outras obrigações que não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da instituição. 3.19. Provisão de Despesas: Representam valores relativos a cobertura de gastos incorridos, em eventos passados, cuja | | |

SPDM - Hospital Geral de Pedreira

Passivo Contingências

| | Trabalhista | | Cível | | Tributária | |
|--|-------------|--------------|----------|---------------|------------|-----------|
| | Provável | Possível | Provável | Possível | Provável | Remota |
| | 344.189,64 | 3.036.688,89 | - | 10.927.681,00 | - | 48.959,36 |

SPDM - Hospital Geral de Pedreira

Contingências Ativas

| | Trabalhista | | Cível | |
|--|-------------|----------|----------|---------------|
| | Provável | Possível | Provável | Remota |
| | - | - | - | R\$ 11.706,97 |

3.23.2. Contingências Ativas: Em atendimento ao Princípio do Conservadorismo (Prudência) as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiver efetivamente assegurada a sua obtenção em decisão final para a qual não caibam mais quaisquer recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, isto não é suficiente para dar base ao reconhecimento do ganho contingente, uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à instituição. Em 2016, possuímos contingências ativas em processo Cível no valor de R\$ 11.706,97 (onze mil, setecentos e seis reais e noventa e sete centavos), referente processo numero 0005540-54.2013.8.26.0008. **3.24. Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.25. Apuração do Resultado:** Conforme Resolução nº 1.305/10 (NBC TG 07 R1), Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo

útil estimada. O valor dos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão no ano de 2016 totalizou R\$ 331.269,29. Todos os bens de terceiros estão distribuídos da seguinte forma:

| | Posição em 31.12.2015 | Aquisição | Baixa | Transferências | Posição em 31.12.2016 |
|-------------------------------------|-----------------------|-----------|----------|----------------|-----------------------|
| Depósitos judiciais (nota a) | 2.121.376,14 | - | - | - | 2.186.628,05 |
| Taxa lixo (nota b) | 1.218.854,97 | - | - | - | 1.692.651,41 |
| Total | 3.340.231,11 | - | - | - | 3.879.279,46 |

obrigação foi reconhecida e mensurada de maneira confiável. **3.20. Provisões despesas Processos Cíveis:** Representam obrigações decorrentes de processos em que a entidade foi sentenciada em juízo, adquirindo a obrigações de pagamento. **3.21. Convênios/Contratos Públicos a Realizar (Passivo Circulante e Não Circulante):** De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no contrato de gestão(ou Convênio) com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em 31.12.2016 representa R\$ 131.559.257,16 de curto prazo e R\$ 310.536.565,20 de longo prazo, a serem realizados nos respectivos exercícios, até o final do contrato. **3.22. Valor Transitável:** O saldo da conta valor transitável, representa em 31.12.2016 o montante de R\$ 3.339.566,07. Nesta conta, a instituição registrou valores oriundos do processo de transição da antiga gestão Cruzada Bandeirante para a SPDM, em junho de 2015.

| Descrição | Saldo 31.12.2016 | Saldo 31.12.2015 |
|------------------------------|---------------------|---------------------|
| Depósitos judiciais (nota a) | 2.121.376,14 | 2.186.628,05 |
| Taxa lixo (nota b) | 1.218.854,97 | 1.692.651,41 |
| Total | 3.340.231,11 | 3.879.279,46 |

Esses valores representam essencialmente dois tipos de passivos assumidos pela SPDM: **Nota (a):** O valor de R\$ 2.121.376,14 representam pagamentos de depósitos judiciais efetuados pela antiga gestão, e que ainda encontram-se em fase de regularização junto aos assessores jurídicos; visto que tais processos estão em fase de transferência, passando a ser considerados de responsabilidade da SPDM, e por consequência poderão ser restituídos ao Hospital Geral de Pedreira. **Nota (b):** O valor de R\$ 1.218.854,97, representam valores relativos ao processo de parcelamento nº 1847780-1 junto a PMSP que totalizaram R\$ 1.923.689,73 no momento da transição (conforme ata SES), e que serão controlados em conta de compensação, por se tratarem de obrigações em nome do HGPedreira, originariamente pactuados na antiga gestão, e que por força das ações de continuidade dos serviços de saúde, a atual gestão passou a assumir integralmente esses valores mensalmente, até que este saldo seja totalmente amortizado, ou futuramente, transferidos para futuras gestões. Por conta da ITG-2002 (item 26) Resolução nº 1409/12, que permite a adoção de contas de compensação para melhor controle das informações econômicas, sem prejuízo nas demonstrações contábeis, a entidade passou a utilizar dessa metodologia para efetuar o controle desses valores, oriundos da assunção de ativos e passivos do HGPED. **3.23. Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.23.1. Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Trimestralmente, as contingências são avaliadas pelo departamento jurídico e em caso de atualizações, os processos são reclassificados. O HGPedreira possui assessoria jurídica para acompanhamento das ações trabalhistas, cível e administrativas. Em 31.12.2016 a instituição possuía contingências passivas de natureza trabalhista e cível, conforme probabilidades abaixo:

...continuação
pesas Operacionais: Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3. Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas, as quais utilizam no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2016 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 33.235,81. **4.4. Despesas Anuladas do Exercício Anterior (Ajustes):** Para ajuste de ativos e passivos de exercícios anteriores, foram realizados no exercício de 2016, alguns lançamentos tendo como contrapartida direta as contas de resultado. Os ajustes referem-se, em sua maioria, à recuperação de despesas ou receitas de exercícios anteriores, atualizações monetárias ou juros que afetaram diretamente o resultado. **4.5. Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10, NBC TG07(R1), na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2016, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais, conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.699.567.0062-04

| Convênios/Contratos | R\$ |
|--|---------------------------|
| Termo Aditivo nº 01/2016 - Processo 001.0500.000137/2015 | R\$ 132.960.000,00 |
| Termo Aditivo nº 03/2016 | R\$ 313.725,00 |
| Termo Aditivo nº 04/2016 | R\$ 94.000,00 |
| Total | R\$ 133.367.725,00 |

5. Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelecem as Resoluções CFC 1409/12, ITG 2002(R1), (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, não houve movimentação na DMLP - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, nos períodos de 2015 e 2016, respectivamente. **6. Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução nº 1.305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2016, a instituição reconheceu repasses e outras receitas no montante de R\$ 135.691.490,51 (cento e trinta e cinco milhões, seiscentos e noventa e um mil reais, quatrocentos e noventa e cinco e cinquenta e centavos), esses recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$ 129.888.818,52 (cento e vinte e nove milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e dezoito reais e cinquenta e centavos). Dessa forma, se houvesse apuração do resultado, a instituição encerraria o exercício com um resultado superavitário de R\$ 5.802.671,99 (cinco milhões, oitocentos e dois mil, seiscentos e setenta e um reais e noventa e nove centavos). A unidade gerenciada apresentou em 2016 um resultado operacional superavitário de R\$ 5.802.671,99 (caso houvesse apuração do resultado do exercício), que não ocorre em virtude dos aspectos contábeis. Em 2016 a entidade obteve um reajuste no custeio mensal de R\$ 11.080.000,00, além de dois termos de retratificação para investimento ocorrido no final do exercício no valor de R\$ 407.725,00. O equilíbrio financeiro alcançado em 2016 permitiu

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da SPDM
Ata da 26ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina: **Data, Horário e Local:** Aos 18º dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Convidados: **Supre-intendentes:** Prof. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Énio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior de 11 de novembro de 2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 Consolidado da SPDM-Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas

já no primeiro trimestre, honrar com todos os nossos compromissos com fornecedores e a partir daí mantê-los em dia. A Unidade também buscou otimizar a gestão de custos com a implantação da consultoria e programa apropriado com a finalidade de melhorar a apuração e o gerenciamento das informações. O resultado superavitário ficará consignado em conta específica do passivo, denominada "convênios/contratos públicos a realizar", até o final da execução do convênio/contrato, demonstrando o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato/Convênio. **7. Das Disposições da Lei nº 12.101 e Portaria 834/16:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009 alterada pela Lei nº 12.868/14 regulamentada pelo Decreto 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com a portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Em 2016, na gestão SPDM que compreende o período de 01.01.2016 a 31.12.2016, o HGPedreira, apresentou a seguinte produção:

| Linha de Atendimento | SUS |
|---|--------------|
| Internações | |
| Saída Hospitalar | 14.716 |
| Saídas Cirúrgicas | |
| Saídas Cirúrgicas | 5.865 |
| Nº de Paciente Dia | - |
| Nº de Cirurgias | 96.957 |
| Nº de Partos | 6.270 |
| Diárias de UTI - Total | 2.805 |
| Pronto Socorro (Urgência/Emergência) | 9.196 |
| Consulta/Atendimento de Urgência (PS/PA) | 266.517 |
| Atendimento Ambulatorial - Total | |
| Consulta Médica | 10.526 |
| Atendimento Não Médico | - |
| HD/Cirurgia Ambulatorial | - |
| SADT - Total | - |

8. Relatórios de Execução do Contrato de Gestão
Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2016

| Linha de Contratação | 1º Semestre | | 2º Semestre | | Total 2016 | |
|---|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|
| | Contra-tado | Realizado | Contra-tado | Realizado | Contra-tado | Realizado |
| Internações | | | | | | |
| Saída Hospitalar - Total | 9.150 | 9.950 | 9.150 | 10.631 | 18.300 | 20.581 |
| Saída Hospitalar - (Exceto Clínica Cirúrgica) | 6.510 | 7.317 | 6.510 | 7.399 | 13.020 | 14.716 |
| Saída Hospitalar - Clínica Cirúrgica | 2.640 | 2.633 | 2.640 | 3.232 | 5.280 | 5.865 |
| Pronto Socorro/ Pronto Atendimento (Urgência/Emergência) | | | | | | |
| Consulta de Urgência | 132.000 | 132.547 | 132.000 | 133.970 | 264.000 | 266.517 |
| Atividade Ambulatorial | | | | | | |
| Consulta Médica | 1.964 | 3.812 | 2.340 | 6.714 | 4.304 | 10.526 |

9. Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei nº 12.101 de 27/11/2009 alterada pela Lei nº 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e a portaria 834/16 de 26/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.153024/2014-03MS fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam R\$ 17.894.800,01. Em 02 de Setembro de 2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpreta-

Dr. Fábio Luís Peterlini - Diretor Técnico
ciência Visual, Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALT), Hospital Municipal Barueri Dr. Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CGVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistencial Vila Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial-STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistencial-STS Perus/Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial do Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Agua Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS PA/P.S (PA/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenharia (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII A.P. 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P. 3.2), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPA Sепetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST EVENT), Coordenadoria de Emergência Regional do Leblon - A.P. 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Dr. Ronaldo passou a palavra ao Sr. Énio Santos que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 18 de abril de 2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Prof. Dr. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro, Dr. Agenor Pares.

nstração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e execu-

ção Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriamente de cumprir o estabelecido na portaria 834/16 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **9.1. - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a Folha de Pagamento de Empregados:** Conforme descrito no item 09 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei nº 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2016, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica no montante de R\$ 13.916.501,88. **9.2. Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a Folha de Pagamento por Serviços de Terceiros:** A isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiro - pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas, sendo que no exercício de 2016 apuramos o montante de R\$ 151.346,53. **9.3. Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica, o montante do exercício 2016 foi de R\$ 3.826.951,60. **9.4. Trabalho Voluntário:** Em 02.09.2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. Em 2016 e 2015, o Trabalho Voluntário Estatutário representou um montante de R\$ 7.660,22 e R\$ 9.028,13 respectivamente, enquanto que os demais trabalhos voluntários totalizaram R\$ 103.825,16 e R\$ 194.558,10. **10. Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela Resolução nº 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11. Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **12. Exercício Social:** Conforme estabelece o Artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de dezembro de 2016.

Maria Fernanda Ciorlia – Contadora – CRC 1SP273883/O-5
tamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 30 de março de 2017. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3.** Ricardo Roberto Monello Contador CTCRC: 1SP 161.144/O-3 CNAI SP 1619. Alexandre Chiaratti do Nascimento Contador CRC/SP 187.003/O-0 CNAI SP 1620.